



ATA DA 14ª REUNIÃO PLENÁRIA

Data: 08 de agosto de 2019
Horário: 9h às 18h
Local: Sede do CFA – Brasília/DF

A – PARTICIPANTES:

1. Adm. Fábio Mendes Macêdo – AC
2. Adm. José Ediberto de Omena – AL – **Conselheiro Federal Suplente**
3. Adm. José Celeste Pinheiro – AP
4. Adm. José Carlos de Sá Colares – AM
5. Adm. Roberto Ibrahim Uehbe – BA
6. Adm. Carlos Alberto Ferreira Júnior – DF
7. Adm. Hércules da Silva Falcão – ES
8. Adm. Ivany Rosa de Oliveira - GO
9. Adm. Jorge Henrique M. Cavalcante – MA – **Conselheiro Federal Suplente**
10. Adm. Norma Sueli Costa de Andrade – MT
11. Adm. Gracita Hortência dos Santos Barbosa – MS
12. Adm. Gilmar Camargo de Almeida – MG
13. Adm. Mauro dos Santos Leônidas – PA
14. Adm. Marcos Kalebbe Saraiva Maia Costa – PB
15. Adm. Amílcar Pacheco dos Santos – PR
16. Adm. José Carlos Gomes de Souza – PE
17. Adm. Pedro Alencar Carvalho Silva – PI
18. Adm. Jorge Humberto Sampaio Moreira – RJ – **Conselheiro Federal Suplente**
19. Adm. Rogério de Moraes Bohn – RS – **Conselheiro Federal Suplente**
20. Adm. André Luís Saoncela da Costa – RO
21. Adm. Ellen Regina dos Santos Lobo – RR
22. Adm. Ildemar Cassias Pereira – SC
23. Adm. Mauro Kreuz – SP
24. Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa – SE
25. Adm. Rogério Ramos de Souza – TO

B – Ausências Justificadas

1. Adm. Carolina Ferreira Simon Maia – AL
2. Adm. Francisco Rogério Cristino – CE
3. Adm. Aline Mendonça da Silva – MA
4. Adm. Wagner H. Siqueira – RJ
5. Adm. Ione Macedo de Medeiros Salem – RN
6. Adm. Cláudia de Salles Stadtlober – RS

ASSUNTOS EM DISCUSSÃO

1. ABERTURA

O Presidente Mauro Kreuz cumprimentou os presentes e deu boas vindas a todos. Sobre a PEC 108/2019, o Presidente Mauro Kreuz citou que a exposição de motivos do referido projeto está alinhada com o pensamento dos Conselhos de Fiscalização, uma vez que temem absorver o quadro funcional. Entretanto, ao ser proposto a não obrigatoriedade da anuidade e a modificação para o direito privado, retiram o poder de polícia e de fiscalização e deixam os Conselhos desguarnecidos de sobrevivência. Acrescentou que a proposta dos Conselhos é manter o direito público e o poder de polícia, a obrigatoriedade da anuidade, bem como manter o regime CLT do quadro funcional. Contudo, o curioso é que enquanto o Governo propõe retirar a obrigatoriedade da anuidade, também estuda formas de criar novos impostos. Se a população fosse consultada sobre a satisfação em pagar imposto de renda, PIS, COFINS, por exemplo, o

57 resultado será 100% de insatisfação. Sobre a visão do “Conselhão”, o Presidente Mauro Kreuz
58 citou que há um nível de confiança, mesmo assim não se pode descuidar e é preciso atuar na
59 situação. É preciso cautela e atuar de forma cirúrgica e esse trabalho está sendo feito. Destacou,
60 ainda, que não recebe ninguém nem decide nada sozinho, pois a Gestão é compartilhada.

61 Quanto à pauta, o Cons. Marcos Kallebe sugeriu que fossem apreciados primeiro os itens
62 deliberativos e, inclusive, o mesmo seja seguido nas próximas pautas. Assim, o Presidente
63 Mauro Kreuz solicitou a inclusão do item deliberativo do PRODER, que atende uma solicitação
64 do CRA-PE.

65 O Presidente Mauro Kreuz anunciou a ausência justificada do Cons. Rogério Cristino;
66 Cons. Ione Salem; Cons. Carolina Maia, representada pelo Cons. José Ediberto Omena; Cons.
67 Aline Mendonça, representada pelo Cons. Jorge Henrique Cavalcante; Cons. Wagner Siqueira,
68 representado pelo Cons. Jorge Humberto Sampaio Moreira; Cons. Claudia Stadtlober,
69 representada pelo Cons. Rogério Bohn.

70 Na oportunidade, o Cons. Rogério Ramos justificou a sua ausência na última Assembleia
71 de Presidentes, visto que não pôde comparecer por motivos profissionais. Sobre o PRODER,
72 apresentou o projeto do CRA-PE, referente ao VI ERECAD, aprovado pela Comissão, que, posto
73 em votação, o Plenário aprovou, por unanimidade, a concessão dos recursos.

74
75 **2. Apreciação das Atas da 12ª e 13ª reunião da plenária, realizada nos dias 06 e 07 de**
76 **junho de 2019, em Brasília/DF – Deliberativo.**

77 Em votação, o plenário aprovou, por unanimidade, as atas em apreço.

78

79 **3. COMUNICAÇÕES / DELIBERAÇÕES**

80 **3.1. Implantação do SEI nos CRAs. (SUP) – Informativo**

81 O Superintendente Douglas Evangelista apresentou relatório das ações de implantação do
82 Sistema Eletrônico de Informação – SEI nos Regionais. Houve manifestação de Conselheiros
83 Federais que parabenizaram a ação.

84

85 **3.2. Resultado da auditoria da ISO. (SUP) – Informativo**

86 O Superintendente Douglas Evangelista comunicou sobre a renovação da certificação da
87 ISO e apresentou o relatório final da auditoria e as recomendações apresentadas.

88

89 **3.3. Minuta de alteração da Resolução Normativa 555 “que dispõe sobre a Intervenção do** 90 **Conselho Federal de Administração no Conselho Regional de Administração do Pará** 91 **(CRA-PA) e dá outras providências”. (ASJ) – Deliberativo**

92 O Assessor Jurídico do CFA, Adv. Marcelo Dionísio, apresentou a minuta da Resolução
93 Normativa, que altera a RN CFA 555/2019, que dispõe sobre a Intervenção do Conselho Federal
94 de Administração no Conselho Regional de Administração do Pará (CRA-PA) e dá outras
95 providências. Feitas as considerações a respeito.

96 Com a palavra, o Cons. Ildemar Cassias comentou que as eleições foram convocadas para
97 fevereiro/2020, questionando como ficará a gestão do Regional durante o período e, em
98 resposta, foi esclarecido que a Resolução Normativa não afetará a questão, cabendo à
99 Comissão Eleitoral outras definições. Na oportunidade, o Cons. Amílcar Pacheco prestou
100 esclarecimentos sobre o novo processo eleitoral previsto e a composição da Comissão Eleitoral.
101 Manifestaram, ainda, os Conselheiros André Saoncela, Rogério Ramos e Rogério Bohn, este
102 solicitou que o mesmo critério seja adotado no CRA-RS. Sobre o assunto, o Presidente Mauro
103 Kreuz comentou que o assunto está sob os auspícios da Comissão Eleitoral.

104 Após os questionamentos e esclarecimentos solicitados, a minuta foi posta em votação e o
105 Plenário aprovou, por unanimidade, a Resolução Normativa apresentada.

106

107 **3.4. Minuta de Resolução Normativa que dispõe sobre as atividades de supervisor de** 108 **estágio nos campos da Administração e dá outras providências. (ASJ) – Deliberativo**



109 O Assessor Jurídico do CFA, Adv. Marcelo Dionísio, apresentou a minuta da referida
110 Resolução Normativa, que regula a atividade de supervisor de estagiário. Foi esclarecido que a
111 normativa vem para atender uma demanda do Ministério Público do Trabalho (MPT), para que
112 as empresas e instituições não utilizem como justificativa que não há legislação que regulamente
113 a questão, sendo esta uma atividade do campo da Administração. O texto também foi
114 compartilhado com o MPT. Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz noticiou que a Diretoria
115 Executiva teve parecer favorável, por unanimidade. Feita a exposição da Resolução, que foi lida
116 e aprovada, por unanimidade, pelo Plenário.

117
118 **3.5. Controle de Recebimento de Balancetes/Cotas Partes. (CAF) Informativo**
119 Com a palavra, o Coordenador da CAF, Adm. Joaquim Luciano, apresentou dados sobre o
120 recebimento de balancetes e cotas partes, citando que há alguns atrasos, tendo sido ressaltado
121 que houve diversas dificuldades em alguns Regionais com o sistema SIFA, citando a situação do
122 CRA-PA, além da crise instalada no País.

123 Referente ao CRA-AC, o Cons. Fábio Macedo informou que houve um atraso momentâneo
124 por motivos justificáveis, mas deverá ser enviado na próxima semana. Da mesma forma, o Cons.
125 André Saoncela comentou que devido a problemas ocorridos no CRA-RO, inclusive em razão do
126 SIFA, houve atraso, mas fará a regularização da situação.

127
128 **3.6. Disponibilidade Financeira. (CAF) – Informativo**
129 O Coordenador da CAF, Adm. Joaquim Luciano, informou sobre a disponibilidade
130 financeira do CFA que hoje possui R\$ 10.829.289,96 no Banco do Brasil, R\$ 3.670.431,52 na
131 Caixa Econômica Federal, totalizando R\$ 14.499.721,48.

132 Sobre o assunto, o Presidente Mauro Kreuz esclareceu que está monitorando de perto a
133 movimentação financeira e garantiu que a reserva técnica é intocável, assim resta avaliar a
134 necessidade de ajustar ou cortar despesas. Destacou que este mês houve maior impacto devido
135 ao fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho e o enquadramento necessário em razão do não
136 cumprimento das avaliações de dois anos anteriores, além do pagamento retroativo a janeiro e a
137 antecipação de parte do 13º salário.

138
139 **3.7. 2ª Reformulação Orçamentária do CFA (CAF) - Deliberativo**
140 O Adm. Joaquim Luciano apresentou a reformulação orçamentária e esclareceu que não
141 houve alteração do orçamento, apenas remanejamento interno de rubricas. Destacou valores
142 quanto a pagamentos ao quadro de pessoal, como adicional noturno, horas extras, além de
143 diárias. Além disso, foi necessária a suplementação da rubrica do PRODER, com
144 remanejamento de valores de outras rubricas. Houve ainda outros remanejamentos que foram
145 feitos para atender o cumprimento de compromissos já firmados, citando, ainda, necessidades
146 emergenciais em assessoria jurídica. Sobre o assunto, o Coordenador da CIN anunciou que há a
147 necessidade de implementar recursos para atender a Pesquisa Nacional com disparos de SMS e
148 propôs ser prudente prever os custos no orçamento, tendo sido informado pelo Adm. Joaquim
149 Luciano que o recurso correspondente a R\$ 20.000,00 será disponibilizado pela rubrica de
150 Projetos de Câmaras.

151 Assim, posto em votação, o Plenário aprovou, por unanimidade, a reformulação
152 orçamentária apresentada.

153
154 **3.8. Apreciação do aporte financeiro a título de subsídio do CRA-CE. (CAF) –
155 Deliberativo / Regime de urgência**

156 O Presidente Mauro Kreuz apresentou solicitação de aporte financeiro apresentado pelo
157 CRA-CE para reembolso das custas do desenvolvimento do sistema para substituição do SIFA,
158 no valor de R\$ 87.200,00, tendo sido justificado que seria bem menos do que o valor gasto pelo
159 SIFA por cada Regional. Foi feito o levantamento de arrecadação do CRA-CE. Sobre o assunto,



160 o Presidente Mauro Kreuz esclareceu que o CRA-CE optou por desenvolver um sistema próprio
161 e por isso não aderiu ao contrato emergencial. Assim, o Presidente do CRA-CE solicitou o aporte
162 financeiro para subsidiar os custos deste em desenvolvimento, no valor citado, que foi concedido
163 aos demais Regionais prejudicados com o uso do sistema SIFA. Foi relatado que o parecer da
164 CAF foi favorável à concessão do aporte. Na ocasião, o Cons. Fábio Macedo narrou que o CRA-
165 CE apoiou o CRA-AC cedendo o sistema ao Regional desde o ano de 2012, ainda em planilhas
166 de Excel, e será implantada a última versão, manifestando agradecimentos pela contribuição e
167 assistência pelo sistema informatizado no CRA-AC.

168 Na sequência, posto em votação, o Plenário aprovou, por maioria dos votos, a concessão
169 do aporte no valor de R\$ 87.200,00, com abstenção do Cons. Jorge Humberto Sampaio Moreira.
170

171

172 **3.9. Minuta de Resolução Normativa 349 que estabelece normas para Organização e** 173 **Apresentação de Prestação de Contas Anual no âmbito do Sistema CFA/CRAs. (CAF)** 174 **– Deliberativo**

175 O Cons. Ibrahin Uehbe, Vice-Diretor da CAF, passou a palavra para o Auditor do CFA,
176 Marcello Coutinho, que fez a exposição da Resolução Normativa em referência, que estabelece
177 normas para organização e apresentação da Prestação de Contas Anual no âmbito do Sistema
178 CFA/CRAs, incluindo a obrigatoriedade do envio das prestações de contas para o CFA e a
179 alteração do prazo para o último dia útil de janeiro do exercício subsequente. As medidas são
180 necessárias para acelerar o processo de análise e apreciação das contas. Outra alteração é a
181 adequação das nomenclaturas utilizadas pelo TCU que são: *regulares*, *regulares com ressalvas*
182 ou *irregulares*. Foram incluídas as notas explicativas, que são indispensáveis às demonstrações
183 contábeis. Na oportunidade, o Cons. Hercules Falcão parabenizou a equipe pela elaboração do
184 trabalho tão importante para os Regionais.

185 Após a demonstração do conteúdo da referida Resolução, foi posto em votação e o
186 Plenário aprovou, por unanimidade, a minuta da Resolução Normativa, sem alteração.
187

188 **3.10. Apreciação do Balancete do CFA referente ao mês de Dezembro/2018. (CPTC) –** 189 **Deliberativo / Regime de urgência**

190 O Cons. Amilcar Pacheco apresentou o balancete do CFA referente ao mês de dezembro
191 de 2018, tendo sido exposto detalhadamente todo o seu conteúdo e identificados dados que
192 embasaram o parecer pela não aprovação do balancete de dezembro do exercício em
193 referência. Houve manifestação dos Conselheiros Federais Hércules Falcão, Jorge Humberto e
194 Rogério Bohn, que solicitaram esclarecimentos e foram prontamente atendidos pelo Diretor da
195 CAF, Cons. Rogério Cristino, e pelo Auditor do CFA, Marcello Coutinho.

196 Em seguida, foi apresentado voto divergente do Cons. Jorge Humberto Sampaio, que
197 justificou o seu voto citando que aprecia o número de documentos que a Comissão Permanente
198 de Tomada de Contas teve a capacidade de analisar, mas justificou que não teve acesso a estes
199 documentos que comprovam o parecer emitido pelo Relator e baseado nesta questão,
200 apresentou o seu parecer, pela aprovação do balancete.

201 Assim, posto em votação, o Plenário aprovou o parecer da CPTC, por maioria dos votos,
202 com voto contrário do Cons. Jorge Humberto e abstenções dos Cons. Ildemar Cassias, Elen
203 Regina e André Saoncela.
204

205 **3.11. Prestação de Contas do CFA referente ao exercício 2018. (CPTC) - Deliberativo /** 206 **Regime de urgência**

207 O Cons. Amilcar Pacheco relatou que a Comissão Permanente de Tomada de Contas
208 (CPTC) do CFA se reuniu nos dias 05, 06 e 07 de agosto de 2019, na Sede do CFA, em
209 Brasília/DF, quando fez a análise de toda a documentação comprobatória das demonstrações
210 contábeis e financeiras do CFA atinente ao exercício de 2018. Foi feita a exposição detalhada do



211 conteúdo, tendo sido relatado que foram identificados pontos de irregularidades que embasaram
212 o parecer, em destaque, consta na comparação da receita arrecadada com a despesa
213 empenhada o déficit orçamentário de R\$ 1.210.836,85 (hum milhão, duzentos e dez mil,
214 oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos). Foi realizada a auditoria independente
215 pela empresa Lage & Lage Auditores e Consultores Associados – EPP, cujo relatório emitido em
216 21/03/2019 apresenta a enumeração dos pontos não conformes, dentre eles, o item “7.
217 Processos licitatórios e convênios” constando falhas na forma de contratação da empresa
218 Fattoria Web Consultoria e Desenvolvimento em informática Ltda. tanto no processo de adesão
219 à Ata de Registro de Preços do CRA-RJ, bem como no processo de dispensa por inexigibilidade
220 de licitação, que subsidiaram a celebração dos contratos relacionados no parecer. No relatório,
221 foi ressaltado que a contratação da empresa Fattoria foi feita de forma irregular, com previsão
222 em contrato do pagamento de dispensa com passagens, diárias e adicionais de deslocamento
223 dos funcionários da contratada responsáveis pela implantação do sistema, não tendo sido
224 localizado qualquer tipo de planejamento prévio, contendo a quantidade de viagens necessárias,
225 nem planilha com a composição dos custos dos deslocamentos. Além disso, foi apresentado o
226 relatório técnico independente de auditoria de Tecnologia da Informação em que constam
227 diversas falhas demonstrando que o sistema se encontrava em fase de desenvolvimento e de
228 ajustes, com módulos contratados, pagos e não disponibilizados, portanto, o sistema não se
229 encontrava em fase de implantação conforme contratado.

230 Foi relatado que foi enviado ofício com os relatórios e o parecer da auditoria independente
231 ao responsável, tendo sido concedido o prazo de 15 dias para manifestações. Posteriormente,
232 foram apresentados os argumentos dos apontamentos da auditoria independente, que foram
233 enviados à empresa Lage & Lage, que após análise apresentou Nota Técnica de Auditoria
234 mantendo o posicionamento anterior. Assim, foi enviado ofício ao Gestor responsável com as
235 considerações da auditoria independente, que acusou o recebimento do mesmo reiterando
236 pedido de concessão de vistas e devolução de prazo para apresentação de manifestação
237 conclusiva, tendo sido atendidas as solicitações apresentadas pelo Gestor condicionantes à
238 possibilidade de elaboração conclusiva de seus argumentos. Foram citadas, ainda, a realização
239 de pagamentos no mês de dezembro de 2018 de diárias e passagens tanto para pessoas
240 estranhas ao quadro de funcionários e/ou colaboradores do CFA, quanto para Conselheiros
241 Federais ainda não diplomados, por ocasião do lançamento do livro “Patrono da Administração”.

242 Diante do exposto, a CPTC entende que devam ser ressarcidos ao CFA todos os valores
243 correspondentes aos pagamentos efetuados à Fattoria Web, bem como todos os valores
244 correspondentes a diárias, passagens e adicionais de deslocamento realizados aos
245 colaboradores da empresa nos exercícios de 2017 e 2018, bem como os valores referentes a
246 diárias e passagens, por ocasião do lançamento do livro, em dezembro de 2018, a serem
247 apurados e ressarcidos aos cofres da Autarquia.

248 Lido o parecer da CPTC em sua íntegra, com enumeração dos pontos não conformes e
249 feito o relato de todo o processo de análise efetuado pela Comissão, bem como das notas
250 explicativas. Em conclusão, face ao exposto, foi parecer da Comissão que as contas do
251 Conselho Federal de Administração, referentes ao exercício de 2018, sejam reprovadas, pelas
252 irregularidades apontadas, que seja determinada a adoção de providências, no sentido de que
253 sejam efetuados, ainda no exercício de 2019, os ajustes necessários ao saneamento dos itens
254 apontados no relatório da auditoria independente e que seja determinada a instauração da
255 Tomada de Contas Especial – TCE, com vistas a buscar o ressarcimento aos cofres do CFA.

256 Houve manifestação de Conselheiros Federais que solicitaram esclarecimentos, que foram
257 prontamente atendidos pelo Diretor da CAF, Cons. Rogério Cristino, pelo Auditor do CFA,
258 Marcello Coutinho e pelo Vice-Presidente, Cons. Rogério Ramos. Em esclarecimento, o Cons.
259 Amilcar Pacheco informou que os pontos só foram identificados após a auditoria independente e
260 a Comissão acompanhou o parecer apresentado. O Cons. Carlos Alberto Ferreira Júnior
261 solicitou registro em ata que foi indeferido o pedido de medida liminar quanto ao mandato de

.....



262 segurança impetrado às vésperas desta reunião plenária, no qual pedia a anulação do ato que
263 incluiu em regime de urgência a apreciação e julgamento do balancete de dezembro/2018 e das
264 contas do CFA referentes ao ano de 2018. O Auditor Marcello Coutinho esclareceu que os
265 balancetes foram reabertos para a auditoria e foi identificado e analisado documento que antes
266 não havia sido verificado.

267 O Cons. Jorge Humberto apresentou seu parecer divergente, que segue na íntegra:

268
269 “1. Considerando tratar-se de julgamento de contas do CFA de 2018, em Regime de
270 Urgência, que impede a possibilidade de acesso às informações contidas no processo, através
271 de vista ao processo.

272
273 2. Considerando também que a falta de acesso aos dados que permitam ao ‘julgador’
274 formular sua decisão é um fato de grande importância.

275
276 3. Considerando, finalmente, que este julgador só receber a pauta para a realização da
277 14ª sessão plenária, contendo os itens quanto à apreciação das contas de forma deliberativa a
278 menos de 24 horas.

279
280 Voto: Apresento voto divergente pela regularidade das contas do CFA no exercício de
281 2018, face à impossibilidade de avaliar a existência de atos que gerem danos ao erário ou
282 desvio de recursos.”

283
284 Face ao exposto, ambos os pareceres foram postos em votação e o Plenário aprovou, por
285 maioria dos votos, o parecer da CPTC, que acompanha o parecer da auditoria independente,
286 pela irregularidade das contas, com voto divergente do Cons. Jorge Humberto e abstenção dos
287 Conselheiros Ildemar Cassias, Elen Regina e André Saoncela. Dentre as recomendações
288 apresentadas, foi proposta a realização da tomada de contas especial, tendo sido aprovada a
289 composição da Comissão de Tomada de Contas Especial pelos Conselheiros Marcos Kallebe e
290 Elen Regina e dos Auditores Marcello Augusto Batista Coutinho e Daniel de Miranda Mendes,
291 tendo sido definido que o Cons. Marcos Kallebe ocupará a Coordenação da Comissão ora
292 constituída.

293 294 **3.12. Apreciação dos Balancetes do CFA referente aos meses de Jan a Jun. de 2019.** 295 **(CPTC) - Deliberativo / Regime de urgência**

296 O Cons. Amilcar Pacheco apresentou os balancetes dos meses de janeiro, fevereiro,
297 março, abril, maio e junho/2019, analisados pela Comissão Permanente de Tomada de Contas,
298 todos com pareceres pela aprovação, que, em votação, foram aprovados por unanimidade pelo
299 Plenário.

300 Na oportunidade, o Cons. José Celeste comentou que ao integrar a CPTC contribuiu com a
301 análise das contas e destacou que antes a Comissão tinha apenas dois dias para realizar a
302 análise dos balancetes, às vezes, de um, dois ou três meses e anteriormente também não havia
303 o suporte da Auditoria como ocorre hoje. Em referência, o Cons. Amilcar Pacheco agradeceu as
304 considerações do Cons. José Celeste e acrescentou que, na última reunião da Comissão, o
305 Presidente Mauro Kreuz convidou os membros da CPTC para uma breve conversa cordial, um
306 ato ímpar da Presidência do CFA. Manifestou seus agradecimentos à parceria do Cons. José
307 Celeste, que possui grande experiência, e do Cons. José Carlos Souza.

308 O Presidente Mauro Kreuz comentou que futuramente o PRODER não poderá conceder
309 tantos recursos como nos anos anteriores, o que será comunicado na Assembleia de
310 Presidentes, citando os tempos difíceis que estão vigorando e às dificuldades que os Conselhos
311 de Fiscalização vêm enfrentando, se referindo o Relatório FOC do TCU, que poderá exigir
312 alterações no Regulamento do PRODER e na destinação destes recursos.



313 **3.13. Relato das atividades da CEPE. – Informativo**

314 A Cons. Gracita Hortênci relatou que há mais chances para os Administradores em
315 municípios menores do que em municípios já estabelecidos, tendo em vista que há muito a
316 desenvolver no processo de saneamento, ressaltando que muitos municípios apresentam
317 deficiências importantes no que tange ao saneamento básico.

318 Relatou reuniões com o Presidente do Consórcio COINTA/MS (composto por 10
319 municípios), com os Técnicos da SANESUL, com apresentação do CFA-GESAE a pedido do
320 Governador para ajustar as expectativas. Citou que foram firmados Termos de Cooperação em
321 municípios e publicação de Edital de Concorrência Pública na Bahia.

322 Sobre o projeto Compartilha e Capacita, informou que o mesmo está em andamento.
323 Foram realizadas reuniões, a primeira no dia 11/07, cuja pauta discutida debateu diversos
324 assuntos, entre eles, a necessidade de manual de procedimento. A segunda reunião ocorreu no
325 dia 25/07, cuja pauta discutida teve como destaque: o manual de procedimentos, licitações,
326 padronização de processos de fiscalização. Destacou que a troca de experiências tem sido
327 muito importante e informou que será enviado expediente a dezoito Regionais que entrarão na
328 segunda fase do projeto.

329 Na oportunidade, o Presidente Mauro Kreuz comentou sobre o trabalho da Comissão da
330 Saúde, que tem dialogado com o Ministério da Saúde e a Opas e está em fase de
331 desenvolvimento o GESAÚDE, o projeto já possui formato, concepção, conceito e diretrizes,
332 sendo necessário, ainda, aprofundar o desenvolvimento da questão metodológica, a plataforma.
333 Citou a atuação também na formação de profissionais na área de Gestão de Saúde. Com a
334 palavra, a Cons. Gracita Hortênci destacou que foi feita a apresentação do IGM e do GESAE
335 para representantes importantes da área de saúde do Ministério, da OPAS e representantes
336 estrangeiros, que ficaram encantados com as ferramentas. Destacou que conhece as
337 dificuldades das várias áreas da saúde. Sobre o assunto, o Presidente Mauro Kreuz comentou
338 que é preciso ter cuidado ao dialogar com o IGM, é preciso dialogar com o que existe no OPAS
339 e no Ministério da Saúde, ou seja, a partir do que já existe é preciso agregar.

340 Em referência, o Cons. Hércules Falcão comentou que foi Diretor de Hospital Filantrópico e
341 há uma grande barreira nos órgãos públicos no sentido de fiscalizar o exercício da profissão e da
342 participação do profissional de Administração em concursos públicos, além disso, há dificuldade
343 de participação do profissional de Administração nos CNAES pertencentes ao campo e sugeriu
344 que estas questões sejam observadas.

345 Ao final, o Cons. Jorge Humberto Sampaio parabenizou a Diretora Gracita Hortênci e toda
346 a Câmara pelo trabalho desenvolvido e comentou sobre as dificuldades no setor público.

347 348 **3.14. Projeto CFA Talentos. (CEPE) – Deliberativo**

349 Item retirado de pauta.

350 351 **3.15. IGM-CFA (CGP) – Informativo**

- 352 • Disponibilização do Acesso Exclusivo do IGM
- 353 • Clipping de notícias sobre o IGM
- 354 • Multiplicadores do IGM

355 O Cons. Fabio Macedo relatou os trabalhos realizados na CGP nos últimos seis meses,
356 ressaltando que no total foram 21 trabalhos até o momento. Destacou a realização dos
357 Workshops de Gestão Pública e apresentações do IGM em municípios. Citou o trabalho
358 realizado por meio do Adm. Cassio Matos Dias no processo de atualização do IGM. Na
359 sequência, o Cons. Fábio fez a apresentação dos resultados, com demonstrações de gráficos de
360 disponibilização de acesso a profissionais de Administração registrados (adimplentes).
361 Apresentou também o clipping de notícias sobre o IGM na mídia em geral em diversos Estados,
362 destacando a formação de multiplicadores do IGM.

363 **3.16. Reunião no Ministério da Economia. (CGP) – Informativo**

364 • **Informes sobre a parceria**

365 O Cons. Fábio Macedo informou sobre o andamento da parceria e do Modelo de
366 Excelência em Gestão – MEG para transferência da União, cujo modelo poderá ser aplicado no
367 CFA pela equipe interna da CGP que foi capacitada em curso oferecido pelo Ministério da
368 Economia na ENAP.

369

370 **3.17. Fórum CFA de Gestão Pública – Fogesp (CGP) - Informativo**

371 • **Informes sobre a impressão dos Anais**

372 • **Edição FOGESP 2020**

373 O Cons. Fábio Macedo informou sobre o processo licitatório para as impressões já
374 concluído, com previsão de entrega. Apresentou suas considerações sobre a realização do
375 próximo FOGESP

376

377 **3.18. Prêmio Guerreiro Ramos de Inovação na Gestão Pública. (CGP) - Informativo**

378 • **Lançamento do prêmio**

379 • **Sistema de inscrições online**

380 O Cons. Fábio Macedo informou sobre a conclusão do edital do Prêmio Guerreiro Ramos.
381 Os Conselheiros Mauro Leônidas e Rogério Bohn se manifestaram sobre as atividades
382 realizadas pela CGP, que muito tem contribuído para o Sistema CFA/CRAs e parabenizaram
383 toda a equipe da Câmara, em especial o Diretor Fábio Macedo pelo trabalho. Na oportunidade, o
384 Presidente Mauro Kreuz recomendou o registro do IGM e do GESAE no INBI.

385 O Cons. José Ediberto Omena relatou o Cons. Fábio Macedo esteve em Alagoas para a
386 apresentação do IGM e os Conselheiros do TC de Alagoas ficaram encantados com o sistema,
387 tanto que o Presidente do Tribunal daquele Estado propôs 15 vagas para Administradores
388 *Treinees*. Foi estabelecida a parceria e será feito o lançamento no Tribunal de Contas. Foi
389 relatado que haverá um *workshop* de Gestão Pública no Tribunal de Contas, com patrocínio do
390 próprio Tribunal, Conselho Regional e da Associação dos Municípios de Alagoas – AMA.
391 Manifestaram congratulações os Cons. Amilcar Pacheco e Diego Costa.

392 Ao final, o Presidente Mauro Kreuz manifestou a sua satisfação pelo trabalho apresentado
393 e pelo sucesso que o IGM vem alcançando, sendo esta uma ferramenta importante de gestão
394 para os municípios. Parabenizou toda a Câmara e sua equipe pelo trabalho.

395

396 **3.19. Apoio financeiro e institucional aos eventos dos CRAs. (CRIE) – Deliberativo**

397 **a) CRA-BA: Conferência Magna em Comemoração ao dia dos profissionais de**
398 **administração (18/09/2019);**

399 Em votação, o Plenário aprovou, por unanimidade, a concessão de R\$ 15.000,00.

400

401 **b) CRA-DF: XV Congresso Nacional para Profissionais de Administração – CONPRA**
402 **(11/09/2019);**

403 Em votação, o Plenário aprovou, por unanimidade, a concessão do Apoio institucional –
404 divulgação e cobertura jornalística pelo CFAPlay.

405

406 **c) CRA-MG: Palestra em Comemoração ao mês do Profissional de Administração**
407 **(26/09/2019);**

408 Em votação, o Plenário aprovou, por unanimidade, a concessão de R\$ 15.000,00.

409

410 **d) CRA-PB: I Encontro Institucional com IES (26/10/2019);**

411 Em votação, o Plenário aprovou, por unanimidade, a concessão de R\$ 15.000,00.

412



- 413 e) **CRA-PR: Workshop de Gestão Pública – IGM/CFA (26 e 27/07/2019 / 30 e**
414 **31/08/2019 /27 e 28/09/2019 / 25 e 26/10/2019/ 29 e 30/11/2019);**
415 Em votação, o Plenário aprovou, por unanimidade, a concessão de R\$ 15.000,00.
416
- 417 f) **CRA-AL: ADM Mandaver Arapiraca (12/09/2019) / Hackathon (18 a 20/10/2019);**
418 Em votação, o Plenário aprovou, por unanimidade, a concessão de R\$ 15.000,00.
419
- 420 g) **CRA-RO: II Feira do Estudante de Rondônia Internacional 2019 (21 a 24/08/2019);**
421 Em votação, o Plenário aprovou, por unanimidade, a concessão de R\$ 13.850,55.
422 Na ocasião, o Cons. André Saoncela manifestou agradecimentos ao CFA pelo apoio ao
423 referido evento.
424
- 425 h) **CRA-SP: Encontro do Conhecimento em Administração – ENOCAD (09/09/2019);**
426 Item retirado de pauta.
427
- 428 i) **CRA-RS: XIII Congresso Mundial de Administração (4 e 25/10/2019);**
429 Item retirado de pauta.
430
- 431 j) **CRA-AC: Semana do Administrador CRA-AC (16 a 20/09/2019);**
432 Item retirado de pauta.
433
- 434 k) **CRA-MS: Semana da Administração (19/09/2019) / Ciclo de Palestra da**
435 **Administração (24 e 25/08/2019 / 07e 08/11/2019 / 05 e 06/12/2019) / Capacitação**
436 **do Profissional Administrador e Tecnólogo (outubro e dezembro);**
437 Item retirado de pauta.
438

439 **3.20. Escolha do CRA que sediará o Encontro Regional dos Profissionais de**
440 **Administração, em cada região. (CRIE) - Deliberativo**
441 Item retirado de pauta.
442

443 **3.21. Assuntos Parlamentares (CEAP e Assessoria Parlamentar) – Informativo**

444 O Cons. Carlos Alberto Ferreira Júnior comentou que, dentre os projetos acompanhados
445 pela Comissão Especial de Acompanhamento Parlamentar, o PLS 108/2019, que dispõe sobre
446 os Conselhos de Fiscalização Profissional, tem sido acompanhado com a maior atenção. Sobre
447 o assunto, o Presidente Mauro Kreuz relatou que foi informado pelo Sr. Jenner Moraes que em
448 2015 foi entregue à Casa Civil, ainda no Governo da ex-Presidente Dilma Rousseff, uma minuta
449 de Projeto de Lei com a fundamentação necessária para o atual PLS 108/2018, citando que a
450 possibilidade de a proposta ter esse caminho e notificou que irá se inteirar sobre a reunião do
451 Conselho ocorrida e trará uma devolutiva.

452 Sobre o assunto, o Cons. Jorge Humberto Sampaio comentou que à época participou da
453 elaboração e das conversas com Deputados em 2015 e mencionou que é maior a facilidade em
454 tratar com Parlamentares de Estados menores, ressaltando a necessidade de partir para as
455 conversas e estratégias no Parlamento, além de colocar maior pressão.
456 Foi destacada, ainda, a necessidade dos Conselheiros (Federais e Regionais) e CRA's atuarem
457 diretamente nas bases em seus Estados.
458

459 **3.22. Relato de Julgamento de Processos em Grau de Recurso. (CFR) – Deliberativo**

- 460 ➤ **Relato e julgamento de processos de fiscalização em grau de recurso – Recursos**
461 **Improvidos.**

462 Os pareceres apresentados foram discutidos e aprovados, por unanimidade, pelo Plenário
463 e constam relacionados à planilha do **Anexo nº 1.**



- 464 ➤ **Processos devolvidos à origem em Diligência.**
465 Os pareceres apresentados foram discutidos e aprovados, por unanimidade, pelo Plenário
466 e constam relacionados à planilha do **Anexo nº 2.**
467
- 468 ➤ **Processos devolvidos à origem por Intempestividade do Recurso.**
469 Os pareceres apresentados foram discutidos e aprovados, por unanimidade, pelo Plenário
470 e constam relacionados à planilha do **Anexo nº 3.**
471
- 472 ➤ **Processos que não atenderam aos requisitos de Admissibilidade.**
473 Os pareceres apresentados foram discutidos e aprovados, por unanimidade, pelo Plenário
474 e constam relacionados à planilha do **Anexo nº 4.**
475
- 476 ➤ **Processos com Decisão Judicial**
477 Os pareceres apresentados foram discutidos e aprovados, por unanimidade, pelo Plenário
478 e constam relacionados à planilha do **Anexo nº 5.**
479

480 **4. OUTROS ASSUNTOS**

481 O Presidente Mauro Kreuz noticiou que a Diretoria Executiva aprovou o Código de
482 Conduta dos Empregados do CFA e o Manual de Procedimento Administrativo Disciplinar – PAD
483 para o quadro funcional do CFA.

Lida e aprovada a ata, assinam:

Adm. Roberto Ibrahim Uehbe
Vice-Diretor Administrativo e Financeiro
CRA-BA nº 4324

Adm. Mauro Kreuz
Presidente do CFA
CRA-SP nº 85872